



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO



## ADJUDICAÇÃO

### PROCESSO LICITATÓRIO N.º 153/2020 – PRC 180/2020

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2020, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2020

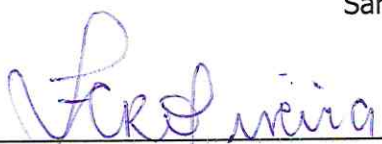
**Objeto:** Registro de Preços para Futura e eventual aquisição de materiais e insumos de uso médico-hospitalar para atender as Unidades Básicas de Saúde, CEO, SAD e UPA 24 hrs.

Após finalizado os trabalhos de julgamento das propostas achadas conformes, após minuciosa análise dos preços estimados, descritivo dos itens e habilitados todos os vencedores do certame, a Pregoeira vem ADJUDICAR o objeto deste procedimento licitatório conforme descrito:

Empresas Vencedoras	Itens	Valor
DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA	116 e 120	R\$ 19.013,89
ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	2, 9, 17, 29, 34, 36, 38, 39, 41, 81, 83, 84, 96, 98, 99, 104, 105, 106, 122, 127, 128, 132, 174, 176, 177, 178, 179, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 205, 206, 210, 211, 213, 214, 247 e 251	R\$ 159.826,14
EQUIPAR MÉDICO E HOSPITALAR LTDA	57, 88, 91, 111, 113, 114, 118, 131, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 159, 160, 167, 175, 227, 242, 243 e 250	R\$ 5.108,49
ATUANTE COMERCIAL LTDA	80, 142 e 244	R\$ 12.957,00
MED CENTER COMERCIAL LTDA	1, 16, 19, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 33, 40, 51, 65, 66, 67, 68, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 109, 115, 119, 125, 168, 173, 180, 208 e 209	R\$ 124.702,21
EMENALI MEDICAL LTDA	126, 200, 201, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 229, 230, 231, 232, 235, 236, 237, 238 e 241	R\$ 1.372,23
PROLAGOS PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI	52, 53, 54, 169, 170, 171, 172, 185, 212 e 215	R\$ 19.036,77
MEDLEVENSOHN REPRESENTAÇÕES HOSPITALARES LTDA	253 e 254	R\$ 1.416,78
ALMED LTDA EPP	44, 45, 46, 47, 48, 49 e 121	R\$ 27.004,71
ALFALAGOS LTDA	3, 6, 7, 8, 10, 18, 23, 24, 26, 27, 37, 42, 43, 50, 58, 60, 61, 62, 69, 70, 71, 89, 92, 95, 100, 103, 108, 110, 133, 134, 135, 136, 141, 181, 182, 204, 246, 252	R\$ 236.016,32
FVP COELHO ME	11, 13, 25, 56, 64, 90, 97, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 203, 207, 255, 256 e 257	R\$ 4.174,35
DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	14, 15, 63, 72, 73, 93, 107, 112, 123, 124, 130, 150, 151, 158, 161, 162, 163, 164, 190, 191, 192, 193, 194, 217, 222, 228, 233, 234, 239, 240, 245 e 258	R\$ 62.758,10

**Valor total: R\$ 673.386,89 (Seiscentos e setenta e três mil trezentos e oitenta e seis reais e oitenta e nove centavos).**

Sarzedo/MG, 20 de novembro de 2020.

  
Fernanda Cristina Rezende Oliveira  
Pregoeira



**PARECER JURÍDICO Nº: 1548/2020**

**MODALIDADE: Pregão Presencial nº 64/2020.**

**PROCESSO LICITATÓRIO: 153/2020 – PRC 180/2020.**

O presente parecer em fase final do processo licitatório foi provocado pelo setor de licitações e visa esclarecer os procedimentos realizados no processo acima identificado.

## **I. RELATÓRIO:**

Elabora-se o presente parecer para verificação dos procedimentos realizados no decorrer do Processo Licitatório nº 153/2020, Pregão Presencial nº 64/2020, uma vez que o certame encontra-se na fase de possível homologação.

A presente licitação teve por objeto Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais e insumos de uso médico-hospitalar para atender as Unidades Básicas de Saúde, CEO, SAD e UPA 24hras, nas quantidades e especificações constantes do Termo de Referência anexado aos autos.

Os autos estão instruídos com os seguintes documentos:

- 1) Solicitação de abertura do processo licitatório pela Secretaria Municipal de Saúde (fls. 02 e 88);
- 2) Termo de referência (fls. 210 – 230);
- 3) Pesquisa de preços (fls. 142 – 209);
- 4) Autorização para abertura do processo licitatórios (fls. 02 e 88);
- 5) Indicação de recursos orçamentários (fls. 87 e 141);
- 6) Portaria nº 119/2020 – Nomeação de Comissão Especial de Licitação, apoio ao pregão e pregoeiros e dá providencias (fls. 231 – 235);
- 7) Minuta do instrumento convocatório com os seguintes anexos: Termo de Referência, Carta Proposta, Modelo de Credenciamento, Modelo de Declaração de



Idoneidade e Regularidade com o Ministério do Trabalho, Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos para Habilitação, Minuta Contratual e Minuta ARP (fls.236 – 285).

8) Aprovação da minuta do Edital e seus anexos pelo Procurador Geral do Município, Dr. Marco Túlio Batista Salomão (fls. 286 – 290);

9) Publicação do Edital (fls. 297 – 300);

10) Ata de Credenciamento, Recebimento dos Envelopes e Abertura das Propostas (fls. 301 – 302, 568 e 1.212 – 1.214);

10) Credenciamento do licitante (fls. 303 – 368);

11) Proposta de preço (fls. 569 – 1.211);

12) Documentação habilitação (fls. 1.215 – 1.671);

Compareceram à sessão de Ata de Credenciamento, Recebimento dos Envelopes e Abertura das Propostas, aos 17 de novembro de 2020, as empresas: DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA, POUSO FARMA HOSPITALAR LTDA, ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTO LTDA, EQUIPAR MÉDICO E HOSPITALAR LTDA, ATUANTE COMERCIAL LTDA, MED CENTER COMERCIAL LTDA, EMENALI MEDICAL LTDA, PROLAGOS PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, ALMED LTDA-EPP, ALFALAGOS LTDA, FVP COELHO ME, DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Na oportunidade, foram realizados os credenciamentos, sendo sugerido por todos os representantes, presentes, que a fase de abertura das propostas fosse feita sem a presença dos mesmos, uma vez que a Comissão disponibilizaria o mapa prévio de apuração; desta forma a sessão foi adiada para o dia 20 de novembro de 2020 para julgamento das propostas e lances verbais.

Após a abertura das propostas, aos 20 de novembro de 2020, sagraram-se vencedoras as empresas:

- DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA – R\$ 19.013,89;
- ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – R\$ 159.826,14;
- EQUIPAR MÉDICO E HOSPITALAR LTDA – R\$ 5.108,49;
- ATUANTE COMERCIAL LTDA – R\$ 12.957,00;



- MED CENTER COMERCIAL LTDA – R\$ 124.702,21;
- EMENALI MEDICAL LTDA – R\$ 31.006,41;
- PROLAGOS PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI – R\$ 19.036,77;
- MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – R\$ 1.416,78;
- ALMED LTDA EPP – R\$ 27.004,71;
- ALFALAGOS LTDA – R\$ 236.016,32;
- FVP COELHO ME – R\$ 4.174,35;
- DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – R\$ 32.540,57.

São estes os apontamentos iniciais.

## II. MÉRITO:

Tendo em vista tratar-se de Pregão Presencial, além das disposições contidas na Lei Geral de Licitações que no caso tem aplicação subsidiária devem ser observadas as determinações contidas na Lei 10.520/2002 e Decreto nº7.892/13, haja vista tratar-se de futura e eventual aquisição de materiais e insumos de uso médico hospitalar.

É de suma importância que os processos licitatórios estejam em consonância com os princípios insculpidos no art. 3º da indigitada lei.

A licitação destina-se a garantir a observância ao princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

(grifo nosso)

Vejamos o que diz o art. 4º da Lei 10.520/2002, *in verbis*:

*Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*



I - A convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º;

II - Do aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;

III - Do edital constarão todos os elementos definidos na forma do inciso I do art. 3º, as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso;

IV - Cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição de qualquer pessoa para consulta e divulgadas na forma da Lei no 9.755, de 16 de dezembro de 1998;

V - O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;

VI - No dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

VII - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

VIII - No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

LX - Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

X - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

XI - Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

Dr. Marco Túlio Salgueiro  
Pm  
Câmara Municipal de Sarzedo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**



XII - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

XIII - A habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;

XIV - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes;

XV - Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XVI - Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

XVII - Nas situações previstas nos incisos XI e XVI, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XVIII - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XIX - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XX - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

XXI - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

XXII - Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital; e

XXIII - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso XVI.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO  
*Estado de Minas Gerais*



Reza o inciso XXII, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, acima transcrito, que cabe à autoridade competente deliberar quanto à homologação da licitação.

Marçal Justen Filho, em sua abalizada doutrina, ensina que "a homologação envolve duas ordens de considerações, uma no plano da legalidade, outra no plano da conveniência", e, didaticamente, passa a explicar, *in verbis*:

*"Preliminarmente, examinam-se os atos praticados para verificar sua conformidade com a lei e o edital. Tratando-se de um juízo de legalidade, a autoridade não dispõe de competência discricionária. Verificando ter ocorrido nulidade, deverá adotar as providências adequadas a eliminar o defeito. A autoridade superior não pode substituir-se à Comissão, praticando atos em nome próprio, substitutivos daqueles viciados. A decretação da nulidade deverá ser proporcional à natureza e à extensão do vício. Apurando vício na classificação das propostas, a autoridade superior não poderá decretar a nulidade de toda a licitação. Será reaberta a oportunidade para a Comissão efetivar nova classificação. Concluindo pela validade dos atos integrantes do procedimento licitatório, a autoridade superior efetivará juízo de conveniência acerca da licitação. A extensão do juízo de conveniência contido na homologação depende do conceito que se adote para adjudicação[\_]. Se reconhecer a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, a autoridade superior deverá homologar o resultado. A homologação possui eficácia declaratória enquanto confirma a validade de todos os atos praticados no curso da licitação. Possui eficácia constitutiva enquanto proclama a conveniência da licitação e exaure a competência discricionária sobre esse tema."*

Portanto, a homologação corresponde à manifestação de concordância da autoridade, com os atos até então praticados pela comissão. Essa concordância se refere a dois aspectos: à legalidade dos atos praticados pela comissão e à conveniência de ser mantida a licitação.

Sendo que após homologação, segundo Decreto nº 7.892/13 em seu artigo 13, o fornecedor mais bem classificado será convocado pela administração para assinar a ata de registro de preço, conforme estabelecido em edital.

*Art. 13. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração. (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)*

*Parágrafo único. É facultado a administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos,*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**



*convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.*

Dessa forma, concluindo-se pela homologação do certame, este parecer restringir-se-á tão-somente ao plano da legalidade, cabendo à autoridade competente deliberar acerca da conveniência da licitação.

**Cotejando a norma ao procedimento ora analisado, verificamos que foram observadas as formalidades exigidas, não havendo vício insanável.**

Portanto, pelas razões esposadas, esta consultoria opina favoravelmente ao prosseguimento do certame, para que seja homologado pela autoridade competente:

- Considerando que os princípios esculpidos no Caput do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, foram respeitados pela Administração Pública Municipal;
- Considerando que a Comissão de Licitação desta Prefeitura, *in casu*, obedeceu, ainda, aos princípios da supremacia do interesse público, eficiência, economicidade, razoabilidade, conforme podemos verificar, pela análise dos documentos que compõem os presentes autos;
- Considerando que o aviso da licitação foi devidamente publicado, estando o instrumento convocatório devidamente divulgado dentro do prazo legal e que o procedimento tramitou em consonância com a legislação.

**Faz-se necessária as seguintes recomendações:**

- Que por ocasião da realização da contratação seja a empresa intimada a apresentar as certidões fiscais exigidas no Edital que porventura estejam com prazo de validade expirado;
- Que sejam designados fiscais do(s) contrato(s), por ato específico, consoante preceitua o Art.67 da lei 8.666/1993;
- Que os autos sejam remetidos ao Controle Interno para parecer.

*[Handwritten signature]*  
OAB/MG 104.442



### **III. CONCLUSÃO:**

Ressalvados os atos de gestão e de ordem técnica e acatadas as recomendações feitas, verifica-se que estão presentes os requisitos necessários para que o certame seja homologado, tendo em vista o cumprimento das formalidades legais.

A decisão da autoridade competente quanto ao mérito da homologação do certame deverá ser publicada na forma da lei.

O presente parecer foi elaborado exclusivamente, com base nas informações contidas nos documentos elencados nos autos, cujo teor é de responsabilidade do respectivo informante.

É o parecer, s.m.j.

Sarzedo, 25 de novembro de 2020.

*Dr. Marco Túlio Batista Salomão*  
*Procurador Geral do Município*  
*OAB/MG 134.482*

**Dr. Marco Túlio Batista Salomão**  
**Procurador Geral do Município**  
**OAB/MG 134.482**



**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**- PARECER FINAL -**

**Análise nº 122/2020**

**Processo Licitatório nº: 153/2020**

**Modalidade: Pregão Presencial nº 64/2020**

**Data da Licitação: 17/11/2020**

**I. Relatório**

Veio a conhecimento desta Controladoria, processo licitatório nº **153/2020**, na modalidade **Pregão Presencial nº 64/2020**, cujo objeto é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais e insumos de uso médico-hospitalar para atender as Unidades Básicas de Saúde, CEO, SAD, e UPA 24 hrs**, na quantidades, qualidades e especificações constantes deste **Termo de Referência**, para análise quanto à legalidade e verificação das demais formalidades deste, realizada Pela Pregoeira e equipe de Apoio ao pregão nomeada pela Portaria nº 119/2020.

**II. Da Legislação:**

O Controle exerce atividade de verificação sistemática de um registro, exercida de forma permanente ou periódica, consubstanciada em documento ou outro meio, que expresse uma ação, uma situação, um resultado, etc., com o objetivo de verificar se existe conformidade com o padrão estabelecido, ou com o resultado esperado, ou ainda, com o que determinam a legislação e as normas.

A Constituição Federal positiva as exigências à Administração Pública no tocante ao controle e fiscalização municipal, bem como a integração dos sistemas nos três poderes, conforme se vê no Art. 31 c/c Art.74 da CF 1988:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

(...)

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais



II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Nesse mesmo sentido no âmbito Municipal o Controle Interno está previsto na Lei Municipal nº 30/2005 e no Decreto Municipal nº 634/2011 e demais normas que regulam as atribuições da Controladoria, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

Assim, ressalta-se que a Controladoria, articula informações com o objetivo de monitorar e sugerir, a fim de resguardar a administração pública por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e desempenho na administração dos recursos e bens públicos, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito das Secretarias Municipais.

Portanto, orientando as melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, regido pelo disposto na lei nº 10.520/02, com aplicação subsidiária a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, além das demais disposições que disciplinam a matéria.

### III. Da Preliminar:

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que a Controladoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida, dar orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
*Estado de Minas Gerais*



Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, deverá ser, a consulta, encaminhada por escrito, juntamente com o respectivo processo licitatório, para que as orientações possam ser melhor direcionadas.

**IV. Da Análise:**

É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do Processo Licitatório encaminhados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

O processo está autuado na conformidade e revestido de todas as formalidades legais, munida de Autorização pela autoridade competente, bem como publicidade, Ata, Adjudicação e Homologação, bem como pesquisas de preços para consistir em valor de referência.

**V- Do Parecer**

A presente Licitação preenche os requisitos exigidos pelas Lei nº 10.520/02 e nº. 8.666/93, bem como suas alterações posteriores, encontra-se revestida de todas as formalidades legais tanto na fase interna como na fase externa, e, opina-se pela homologação do Processo.

Sarzedo, 27 de novembro de 2020.

  
**Ana Carolina Silva Mendes**  
**Membro da Controladoria do Município de Sarzedo**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO



## HOMOLOGAÇÃO

### PROCESSO LICITATÓRIO N.º 153/2020 – PRC 180/2020

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2020, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2020

Em vista das razões alinhadas pela Procuradoria Geral do Município, e observada a regularidade dos atos procedimentais, homologo a licitação, cujo objeto é "Registro de Preços para Futura e eventual aquisição de materiais e insumos de uso médico-hospitalar para atender as Unidades Básicas de Saúde, CEO, SAD e UPA 24 hrs", na modalidade Pregão Presencial n.º 64/2020 de 20 de Novembro de 2020. Em consequência, ficam as empresas: **DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA, ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, EQUIPAR MÉDICO E HOSPITALAR LTDA, ATUANTE COMERCIAL LTDA, MED CENTER COMERCIAL LTDA, EMENALI MEDICAL LTDA, PROLAGOS PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, ALMED LTDA EPP, ALFALAGOS LTDA, FVP COELHO ME e DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** convocadas para retirada das Notas de Empenho e/ou assinatura dos contratos, nos termos do Artigo 64, da Lei 8666/93, sob as penalidades da lei. Publique-se.

Sarzedo/MG, 01 de Dezembro de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
Marcelo Pinheiro do Amaral  
Prefeito

# Diário Oficial

ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE SARZEDO - MG

DIÁRIO OFICIAL DE SARZEDO - EDIÇÃO: 777 terça-feira, 1 de dezembro de 2020 [www.sarzedo.mg.gov.br](http://www.sarzedo.mg.gov.br)

ATOS DO PODER EXECUTIVO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

**Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG – DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** - O Prefeito Municipal de Sarzedo, no uso de suas atribuições legais ratifica o **Parecer de Dispensa de Licitação nº 60/2020** da Comissão de Licitação e **Parecer Jurídico n.º 1485/2020**, com fulcro no art. 24, XXVI, da Lei 8.666/93, no artigo 2º, § 1º da Lei Federal n.º 11.107/2005, e alterações posteriores, para que se proceda o contrato de prestação de serviços de assistência a saúde referente a procedimentos extras, cirurgias eletivas, tais como: vitrectomia, oftalmológica e outras, consultas e exames especializados nas dependências da contratada por um período de 12 (doze) meses entre o Município de Sarzedo/MG e a **Instituição de Cooperação Intermunicipal de Saúde do Médio Paraopeba – ICISMEP**, no valor total de **R\$ 240.000,00** (duzentos e quarenta mil reais) conforme **Processo de Dispensa de Licitação n.º 60/2020**. Sarzedo/MG, 30 de novembro de 2020.

**Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG – Aviso de Homologação e Adjudicação - Pregão Presencial n.º 64/2020** – Homologado o processo licitatório em 01/12/2020, autorizando o “Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e insumos de uso médico-hospitalar para atender as Unidades Básicas de Saúde, CEO, SAD e UPA 24 hrs, conforme definido e especificado no Termo de referência”, e adjudicado o objeto a favor das licitantes: **DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA**, itens: 116 e 120 ao valor total de R\$ 19.073,89; **ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, itens: 2, 9, 17, 29, 34, 36, 38, 39, 41, 81, 83, 84, 96, 98, 99, 104, 105, 106, 122, 127, 128, 132, 174, 176, 177, 178, 179, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 205, 206, 210, 211, 213, 214, 247 e 251 ao valor total de R\$ 159.826,14; **EQUIPAR MÉDICO E HOSPITALAR LTDA**, itens: 57, 88, 91, 111, 113, 114, 118, 131, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 159, 160, 167, 175, 227, 242, 243 e 250 ao valor total de R\$ 5.108,49; **ATUANTE COMERCIAL LTDA**, itens: 80, 142 e 244 ao valor total de R\$ 12.957,00; **MED CENTER COMERCIAL LTDA**,

## DOES – Diário Oficial Eletrônico de Sarzedo

<p><b>Marcelo Pinheiro do Amaral</b> Prefeito Municipal</p> <p><b>Criado pela lei Municipal nº 651 de dezembro de 2014.</b></p> <p><a href="http://www.sarzedo.mg.gov.br">www.sarzedo.mg.gov.br</a></p>	<p><b>Distribuição:</b> Protocolo Geral <b>Prefeitura Municipal de Sarzedo:</b> Rua Eloy Candido de Melo nº 477 – Centro /MG. CEP. 32450-000 ./ FONE: (31)3577-7007 <b>Assinatura Digital:</b> Fidelis de Almeida Araújo</p>	
---	--	--



itens: 1, 16, 19, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 33, 40, 51, 65, 66, 67, 68, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 109, 115, 119, 125, 168, 173, 180, 208 e 209 ao valor total de R\$ 124.702,21; **EMENALI MEDICAL LTDA**, itens: 73, 126, 200, 201, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 229, 230, 231, 232, 235, 236, 237, 238 e 241 ao valor total de R\$ 31.006,41; **PROLAGOS PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**, itens: 52, 53, 54, 169, 170, 171, 172, 185, 212 e 215 ao valor total de R\$ 19.036,77; **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, itens: 253 e 254 ao valor total de R\$ 1.416,78; **ALMED LTDA EPP**, itens: 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 121 ao valor total de R\$ 27.004,71; **ALFALAGOS LTDA**, itens: 3, 6, 7, 8, 10, 18, 23, 24, 26, 27, 37, 42, 43, 50, 58, 60, 61, 62, 69, 70, 71, 89, 92, 95, 100, 103, 108, 110, 133, 134, 135, 136, 141, 181, 182, 204, 246, 252 ao valor total de R\$ 236.016,32; **FVP COELHO ME**, itens: 11, 13, 25, 56, 64, 90, 97, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 203, 207, 255, 256 e 257 ao valor total de R\$ 4.174,35; e **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, itens: 14, 15, 63, 72, 93, 107, 112, 123, 124, 130, 150, 151, 158, 161, 162, 163, 164, 190, 191, 192, 193, 194, 217, 222, 228, 233, 234, 239, 240, 245 e 258 ao valor total de R\$ 32.540,57. Restaram **FRUSTRADOS** os itens 4, 5, 32, 35, 55, 94, 117, 137, 138, 139, 140, 165 e 248. Restaram **DESERTOS** os itens 59, 101, 102, 166 e 249. Sarzedo/MG, 01 de dezembro de 2020.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG** torna público resultado final de licitação, modalidade Pregão Presencial 58/2020, tipo menor. Objeto: "Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das Secretarias Municipais". **RESULTADO:** Empresas vencedoras – **AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, itens 50 e 86, ao valor de R\$ 87.136,90 (oitenta e sete mil, cento e trinta e seis reais e noventa centavos); **COMERCIAL CONFINS VAREJO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, itens 01, 09, 29, 33, 56, 65, 71, 72, 81 e 85, ao valor total de **R\$ 173.153,04** (Cento e setenta e três mil, cento e cinquenta e três reais e quatro centavos); **FORTE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**, itens 19, 23, 30, 34, 35, 47, 49, 53, 60, 62, 64, 70, 73 e 78, ao valor total de **R\$ 228.051,63** (Duzentos e vinte e oito mil, cinquenta e um reais e sessenta e três centavos); **M.O.T.A COMERCIAL LTDA-EPP**, itens 02, 04, 05, 07, 08, 13, 17, 18, 20, 31, 37, 40, 41, 42, 48, 51, 58, 68, 75, 76 e 84, ao valor total de **R\$ 140.605,89** (Cento e quarenta mil, seiscentos e cinco reais e oitenta e nove centavos) e **RANGAP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**, itens 03, 06, 10, 11, 14, 15, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 36, 43, 44, 45, 46, 54, 57, 61, 63, 67, 74, 79, 82, ao valor total de **R\$ 172.984,41** (Cento e setenta e dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e um centavos). **ITENS FRUSTRADOS:** 12, 32, 38, 39, 52, 55, 59, 66, 69, 77, 80 e 83. A íntegra do julgamento se encontra disponível no site do Município: [www.sarzedo.mg.gov.br](http://www.sarzedo.mg.gov.br). Sarzedo, 01 de Dezembro de 2020.